

PGE

Procuradoria Geral do Estado de Santa Catarina

BOLETIM INFORMATIVO Nº 10

Maio - 2010

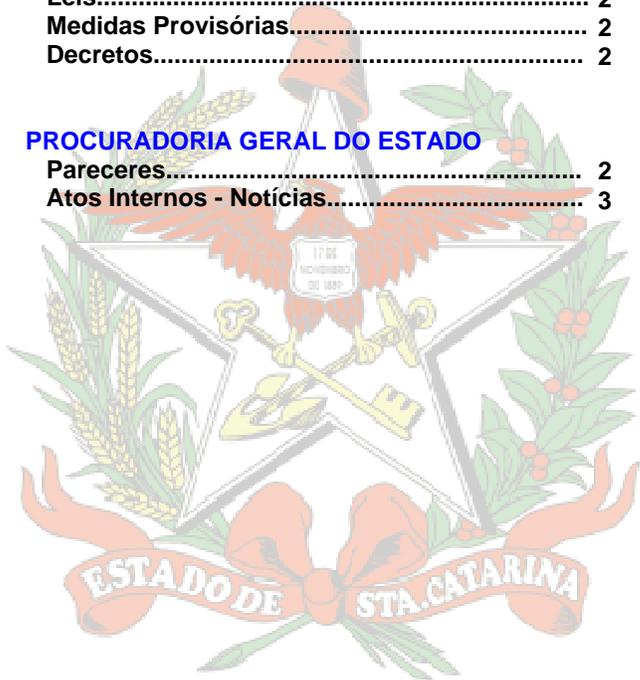
SUMÁRIO

LEGISLAÇÃO ESTADUAL

Leis.....	2
Medidas Provisórias.....	2
Decretos.....	2

PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

Pareceres.....	2
Atos Internos - Notícias.....	3



GOVERNADOR DO ESTADO
Leonel Arcângelo Pavan

PROCURADOR-GERAL
DO ESTADO
Sadi Lima

SUBPROCURADOR-GERAL
DO CONTENCIOSO
Sérgio Luiz Mar Pinto

SUBPROCURADOR-GERAL
ADMINISTRATIVO (DIRETOR
DO CENTRO DE ESTUDOS)
Luiz Carlos Ely Filho

LEGISLAÇÃO**ESTADUAL***Leis***LEI Nº 15.142, de 20 de abril de 2010**

Institui o Dia Estadual de Mobilização pelo Fim da Violência Contra a Mulher.

LEI Nº 15.143, de 20 de abril de 2010

Dispõe sobre a obrigatoriedade de bancos, empresas de cartão de crédito, operadoras de serviços de telefonia móvel, provedores de internet e de televisão por assinatura disponibilizarem aos usuários seu endereço completo para correspondência, nos boletos mensais de cobrança e adota outras providências.

EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 52, de 29 de abril de 2010

Dá nova redação ao art. 40 da Constituição do Estado de Santa Catarina.

*Medidas Provisórias***MEDIDA PROVISÓRIA Nº 176, de 5 de abril de 2010**

Fixa o valor mensal das pensões especiais e do auxílio aos ex-combatentes e adota outras providências.

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 177, de 5 de abril de 2010

Institui a Gratificação de Gestão de Desenvolvimento Regional e estabelece outras providências.

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 178, de 5 de abril de 2010

Institui a Gratificação de Produtividade para os servidores lotados no órgão central da Secretaria de Estado da Saúde e estabelece outras providências.

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 179, de 5 de abril de 2010

Institui a Gratificação de Atividade de Gestão Agrária e Rural e estabelece outras providências.

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 180, de 28 de abril de 2010

Revoga a Medida Provisória nº 174, de 2010, que institui gratificação por atividade técnica em saúde e estabelece outras providências.

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 181, de 28 de abril de 2010

Revoga a Medida Provisória nº 178, de 2010, que institui a Gratificação de Produtividade para os servidores lotados no órgão central da Secretaria de Estado da Saúde e estabelece outras providências.

*Decretos***DECRETO Nº 2.615, de 14 de setembro de 2009**

Cria Comissão Técnica para regulamentar a Lei nº 14.829, de 11 de agosto de 2009, e estabelece outras providências.

DECRETO Nº 3.173, de 15 de abril de 2010

Introduz a Alteração 2.293 no RICMS/SC-01.

DECRETO Nº 3.174, de 15 de abril de 2010

Introduz as Alterações 2.294 a 2.307 no RICMS/SC-01.

DECRETO Nº 3.175, de 15 de abril de 2010

Introduz a Alteração 2.308 no RICMS/SC-01.

DECRETO Nº 3.176, de 15 de abril de 2010

Introduz as Alterações 2.309 a 2.327 no RICMS/SC-01.

DECRETO Nº 3.187, de 20 de abril de 2010

Altera o art. 10 do Decreto nº 2.113, de 18 de fevereiro de 2009, que regulamenta o Programa Novos Valores, para o estágio de estudantes em órgãos e entidades da administração direta, autárquica e fundacional do Poder Executivo Estadual.

DECRETO Nº 3.188, de 20 de abril de 2010

Acrescenta dispositivos ao art. 7º do Decreto nº 2.534, de 25 de agosto de 2009, que dispõe sobre a racionalização de gastos e padronização dos procedimentos para o processamento das despesas com serviços de postagem e remessa de correspondências, no âmbito dos órgãos e das entidades da administração pública estadual, e estabelece outras providências.

DECRETO Nº 3.189, de 20 de abril de 2010

Regulamenta os procedimentos exigidos para posse em cargo de provimento efetivo e em comissão nos órgãos da Administração Direta, autarquias e fundações do Poder Executivo Estadual.

DECRETO Nº 3.191, de 20 de abril de 2010

Introduz a Alteração 2.328 no RICMS/SC-01.

DECRETO Nº 3.192, de 20 de abril de 2010

Institui a "Medalha do Mérito da Aviação" da Polícia Militar do Estado de Santa Catarina e estabelece outras providências.

INSTRUÇÃO NORMATIVA CONJUNTA**SEA/SEF Nº 001/10, de 31 de março de 2010**

Estabelece normas e procedimentos relativos à concessão e pagamento de diárias para os contadores da Fazenda Estadual, do Quadro de Pessoal Civil da Administração Direta, com lotação na Secretaria de Estado da Fazenda, pelo deslocamento temporário da localidade onde tem atribuição de exercício.

PROCURADORIA GERAL DO ESTADO**PARECERES****PARECER Nº 000084/10, de 15 de março de 2010**

Autor: Sílvio Varela Junior

Ementa: Servidor público. Nomeação para o cargo de secretário de Estado e detentor de mandato parlamentar. Opção pelos vencimentos de cargo ou emprego público. Condições de afastamento definida pelo Art. 38, II, da C.F. Remuneração sob a forma de subsídio. Vedação de recebimento da verba de representação. Art. 39, 4º, da C.F.

PARECER Nº 000057/10, de 03 de fevereiro de 2010

Autor: Ângela Cristina Pelicoli

Ementa: Serviço público prestado pela junta Comercial do Estado de Santa Catarina. Natureza Jurídica: preço público. Resolução publicada por meio de decreto.

PARECER Nº 000052/10, de 27 de janeiro de 2010

Autor: Ângela Cristina Pelicoli

Ementa: Restituição de pagamento recebido indevidamente. Erro da administração. Desconto. Possibilidade ainda que a servidora tenha recebido de boa-fé.

PARECER Nº 000051/10, de 03 de fevereiro de 2010

Autor: Ângela Cristina Pelicoli

Ementa: As procuradorias regionais e a Procuradoria Especial de Brasília não possuem personalidade jurídica própria. ISS. O serviço considera-se prestado e o ISS devido no local do estabelecimento prestador ou, na falta do estabelecimento, no local do domicílio do prestador, exceto nas hipóteses previstas no inciso I a XXII, do Art. 3, da Lei Complementar nº 116/03.

PARECER Nº 000044/10, de 18 de janeiro de 2010

Autor: Ângela Cristina Pelicoli

Ementa: Para ser organização social de interesse público, Oscip, além da alteração em seu estatuto, a associação deverá segundo o Art. 5, da Lei nº 9.790/99, requerer esta qualificação ao Ministério da Justiça. Obrigatoriedade de licitação do Oscip, em razão da vinculação que passa a ter com o interesse público. Não configuração de dispensa de licitação.

PARECER Nº 000003/10, de 07 de janeiro de 2010

Autor: Silvio Varela Junior

Ementa: Servidor público. Realização de estágio probatório. Condição para a aquisição de estabilidade. Art. 41, 4º, da C.F. Falha no processo de avaliação. Transcurso do prazo de três anos. Estabilidade garantida independente da irregularidade.

ATOS INTERNOS**PORTARIA/GAB/PGE Nº 015/2010, de 29 de abril de 2010**

Resolve: Designar, para atuarem em conjunto ou separadamente, de primeira a última instância em todos os feitos judiciais que digam respeito às Rodovias SC-400, SC-401, SC-402 e SC-403, e em que são partes o Deinfra – Departamento Estadual de Infraestrutura e Engepasa Engenharia do Pavimento S/A, e/ou sua sucessora Emtuco – Serviços e Participações S/A, e Minerplan – Mineradora e Pesquisa Lauro Müller S/A, os procuradores do Estado, Drs. Juliano Dossena, OAB/SC 9.522, Eduardo Zanatta Brandeburgo, OAB/SC 19.579 e Loreno Weissheimer, OAB/SC 9.736.

Florianópolis, 27 de abril de 2010.

Sadi Lima

Procurador-Geral do Estado

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 001/2010/PGE, de 13 de abril de 2010

Dispõe sobre orientação ao órgão central e demais órgãos setoriais e seccionais de Sistema Administrativo de Serviços Jurídicos, sobre procedimentos, manifestações e rotinas de trabalho dos servidores titulares do cargo público de Assistente Jurídico, em conformidade com o disposto na Lei Complementar nº 485/2010.

NOTÍCIAS**Aprovados no Concurso PGE**

Entre os 1.680 inscritos no concurso público realizado pela PGE em abril, 677 obtiveram a nota mínima de 6,00. Os melhores classificados deverão preencher as 40 vagas oferecidas: 30 para o cargo de assistente jurídico e 10 para analista técnico em gestão Pública – sendo cinco vagas para analista de sistemas e cinco, para contador.

Dos 633 aprovados para assistente jurídico, 40 estavam inscritos para as vagas da Região Sul do Estado; 107, para a Região Norte; 56, para a Região Centro Oeste; 39 para o Oeste; nove para a Procuradoria Especial de Brasília, e 382 para a Capital e São José. Já para o cargo de analista de sistemas, foram seis aprovados, e para contador, 34.

Divulgado anteprojeto de reforma do CPC

O anteprojeto do novo Código de Processo Civil (CPC) foi finalizado no final de abril e deverá ser analisado pelo Congresso Nacional ainda este ano. A comissão que apresentou o novo projeto foi presidida pelo ministro Luiz Fuchs, do Superior Tribunal de Justiça. Caso aprovado pelo Congresso Nacional, o novo CPC deve substituir o atual, que é de 1973.

Confira o teor da proposta em:

http://www.senado.gov.br/sf/senado/novocpc/detalha_noticias.asp?codigo=78227 (clique em “link”)